

Escola pública perde alunos com greve

25

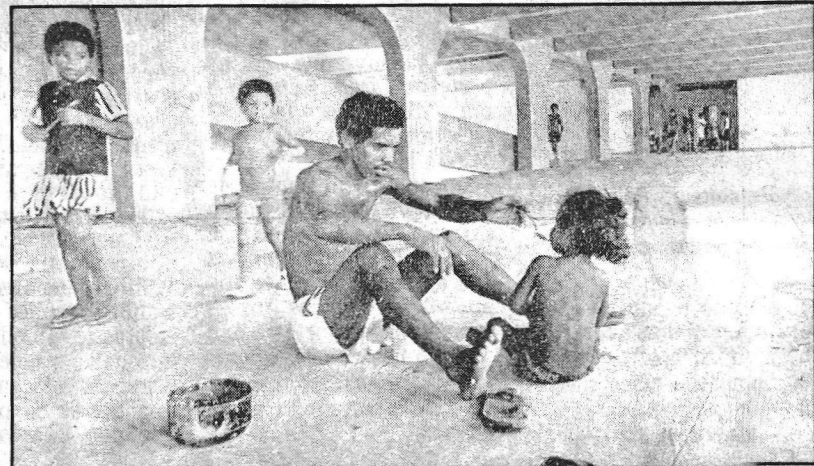
SANDRA COHEN

Acuados e sem ter a quem recorrer, pais e alunos das redes pública e particular caminham para um beco sem saída: de um lado, escolas sem aulas há quatro meses; de outro, aumentos de até 3.500 por cento, no último ano, nas mensalidades escolares. O caos em que se transformou a educação no Rio de Janeiro favorece migrações de uma rede para outra, com um fluxo maior de alunos que estão deixando a escola pública em busca de um ensino de qualidade na escola particular.

Educadores se assustam ao constatarem a falência da escola pública. Em 31 anos de profissão, a professora Zaia Brandão já deu aulas em escolas primárias, escreveu teses na área de Educação e exerceu a Direção do Departamento Geral de Educação da rede estadual, mas nunca viu situação como a atual:

— Estão todos desorientados e ninguém acredita mais em um serviço público de qualidade. Vivemos a deterioração de um sistema público que se organizou na década de 20, graças ao esforço de educadores. Agora, este setor se devora e não há possibilidade de retomá-lo. Eu me sinto perplexa diante disso.

Na rede municipal, 617 mil alunos ainda não concluíram o último ano letivo, interrompido em setembro pela greve do funcionalismo. Por isso,



Ciep Patrice Lumumba, em Del Castilho: ainda cheio de desabrigados

a Secretaria de Educação não dispõe sequer do número de vagas que oferecerá em 1989, cujo ano letivo está previsto para começar no início de abril. Pais e alunos aguardam ansiosos a conclusão do ano e a Secretaria já alertou que só emite certificados — imprescindíveis para que o aluno vá para outros colégios — depois que os professores realizem a complementação do currículo.

A Secretária Municipal de Educação, Mariléa da Cruz, determinou na quarta-feira o reinício do ano letivo de 1988 para um período de recuperação. Mas as escolas ficaram vazias. Segundo ela, a situação do ensino público, melhor do que o privado, se

agrava “com a radicalização do professorado”:

— As pessoas se acostumaram a não trabalhar. A população tem que dar um crédito de confiança e mandar seus filhos às escolas porque há professores querendo trabalhar.

Se depender do Centro de Profissionais de Ensino (Cepe), que integra 89 mil pessoas, os 59 dias de greve não serão compensados. A Presidente Florinda Lombardi alega que a reposição não melhorará a qualidade do ensino público:

— A culpa do caos não é da greve. Se não houvesse paralisação, ocorreria a mesma coisa: o aluno ficaria sem aulas mas passaria de ano.

Para Edgar Flexa Ribeiro, Diretor do Colégio Andrews, é impossível esconder que há muito tempo não se ensina bem na rede pública:

— Até então, todos se enganavam com uma simulação. A rede particular é cara e é inconcebível que não haja boa escola pública e que ninguém tenha entrado na Justiça porque a Constituição prevê educação gratuita para todos.

Ele afirma que se o Governo não sabe informar quantas vagas oferece, não tem condições de gerir a rede. No entender de Flexa Ribeiro, “deixaram que o ensino público ficasse inadministrável”. Esta não é a opinião da Secretária de Educação do Estado, Fátima Cunha. Ela reconhece que o Estado do Rio está “desgastado por três anos de greves, que cansam alunos e professores” e acha que a saída da crise é a valorização do magistério.

A Secretária Fátima Cunha também discorda de que a escola pública seja a opção dos que não têm condições de arcar com os custos da escola privada. E observa que o Estado abriu 129 mil vagas este ano e recebeu, segundo ela, um número de matrículas maior do que o esperado.

— A classe média está na escola particular. Eu gostaria que a escola pública não fosse uma opção apenas por ser gratuita mas por ser de qualidade. Queremos atender a toda população carente, mas tem que ser pela qualidade — diz Fátima Cunha.

Foto de José Doval

05 FEV 1989